

A Criança⁵ e os seus Direitos



Instituto de Apoio à Criança

02 • EDIÇÃO SEMESTRAL

Maio 2021 a Outubro 2021



Teresa Goldschmidt

“AS CRIANÇAS NECESSITAM DA ESCOLA,
É O SEU ESPAÇO, É A SUA CONDIÇÃO DE VIDA”



IAC
Instituto de Apoio à Criança

TÍTULO

“A Criança e os seus Direitos”

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Instituto de Apoio à Criança

PAÍS DE PUBLICAÇÃO

Portugal

DIRETORA

Clara Castilho

CONSELHO REDATORIAL

Anabela Reis, Clara Castilho e Fernanda Salvaterra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Cristina Rebelo

CONSELHO CONSULTIVO DO IAC

Ana Jorge, Ana Nunes de Almeida, Armando Leandro, Carlos Neto, Cinelândia Cogumbreiro, Clara Sottomayor, Daniel Sampaio, Emílio Salgueiro, Guilherme de Oliveira Martins, Hermano do Carmo, José Ornelas, Laborinho Lúcio, Leonor Beleza, Manuel Sarmento, Maria de Belém Roseira, Maria José Lobo Fernandes, Marta Santos Pais, Rui Pereira, Sérgio Niza e Teresa Féria

CONTACTO DA REVISTA

iac-marketing@iacrianca.pt

CONTACTOS DO IAC

Propriedade / Edição / Sede de Redação:

Av. da República, 21

1050-185 Lisboa

Tel.: + 351 213 617 880

iac-sede@iacrianca.pt

NIPC 501 377 662

IMPRESSÃO

Empresa Diário do Porto, Lda

R. Igreja de Campanhã, 101

4300-262 Porto

N.º DEPÓSITO LEGAL 479127/21

ISSN 2184-8580

N.º DE REGISTO ERC 127526

PERIODICIDADE

Semestral

LÍNGUA DE PUBLICAÇÃO

Português

TIRAGEM

1.500 Exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Disponível em suporte digital para download em www.iacrianca.pt

O **Estatuto Editorial** encontra-se disponível em www.iacrianca.pt



SUMÁRIO

5 EDITORIAL

Manuel Coutinho

7 PANDEMIA E ESCOLA

Que restará na escola desta pandemia?

Maria Emília Brederode Dos Santos

11 EDUCAÇÃO: OLHOS NOS OLHOS...

Guilherme d'Oliveira Martins

15 A FALTA QUE A ESCOLA FAZ À CRIANÇAS...

Teresa Goldschmidt

18 A ESCOLA E A PANDEMIA

Maria Eugénia Coelho

25 "EDUCAR E FORMAR PARA INSERIR"

Matilde Sirgado

***Maria Emília
Brederode dos Santos***

“ Conviria não nos deixarmos
deslumbrar nem pela tecnologia
nem pela autoformação acelerada
a que alunos, professores e pais
conseguiram proceder
em resposta à necessidade criada. ”



LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Educação

Constituição da República Portuguesa 1976

Art.º 43.º, Art.º 73.º – Art.º 77.º

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto

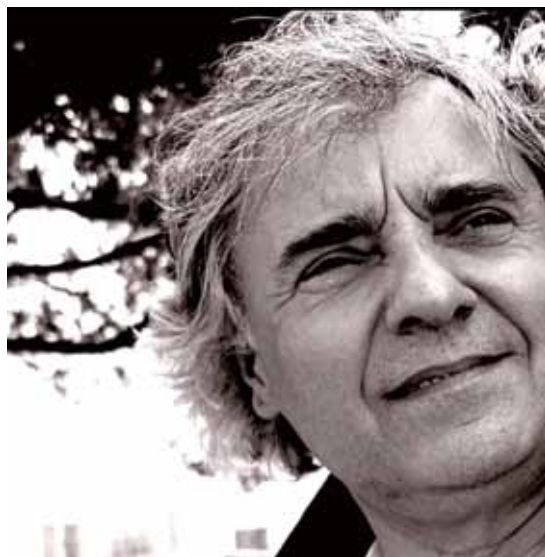
Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

Lei n.º 51/2012, de 05 de Setembro

Estatuto do Aluno e Ética Escolar

Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro.

Queremos um mundo mais “educado” em que se promova o bem-estar e, conseqüentemente, a dignidade humana.



É com agrado que anunciamos a publicação do segundo número da revista, a Criança e os seus Direitos, onde poderão encontrar uma diversidade de artigos centrados na área da educação cuja leitura e reflexão se revestem do maior interesse.

Teresa Goldschmidt, Maria Eugénia Coelho e Matilde Sirgado, com a sua longa experiência, bem como Maria Emília Brederode e Guilherme d’Oliveira Martins procedem ao levantamento sistemático da atual situação nas escolas, nas aprendizagens, nas crianças e jovens, mas, também, nas famílias. Não se ficam, porém, por aí: apontam caminhos, saídas, soluções sobre que urge ponderar e decidir.

A Direção entende que a temática da Educação nunca se esgota, que está em constante mutação e que as práticas educativas que se limitam apenas a transmitir

conhecimentos formais aos alunos têm de ser modificadas, independentemente de terem como metodologia a aprendizagem presencial e remota, designada vulgarmente por Ensino Híbrido. A educação que se pretende tem de apostar no desenvolvimento integral do aluno e nas suas múltiplas dimensões, ou seja, na dimensão intelectual, física, emocional, sem nunca se esquecer da dimensão social e cultural. Só através de uma Educação do tipo integral, de uma educação que estimule os alunos a porem em prática no seu dia-dia a multiplicidade do conhecimento que adquiriram durante a sua formação é que se consegue modificar e inovar a sociedade.

A educação e a escola são, entre outras, os alicerces indispensáveis para o desenvolvimento, para a quebra dos círculos viciosos de pobreza, para a mobilidade social ascendente, para a transformação da sociedade em geral.

A educação transforma as pessoas e as pessoas mudam o mundo. A melhor e mais completa e adequada educação e formação são o motor do desenvolvimento da sociedade como um todo: todos beneficiamos.

Educar é ensinar a pensar, é promover a autonomia e a inovação, é ensinar a gerir afetos e emoções.

A educação acontece permanentemente, em todos os lugares, através da troca de experiências e de conhecimentos na vivência quotidiana.

A educação deve ter na base o pensamento crítico, a aprendizagem ativa, a criatividade, a inteligência emocional. Educar para a aprendizagem e para o sucesso é educar para a autonomia e para a responsabilidade.

Cumprir, porém, às famílias, à sociedade e às instituições exercer sobre os poderes públicos uma dupla ação de apoio e extensão, mas, também, de pressão e de exigência, de chamada de atenção.

As desigualdades sociais têm na escola e nas aprendizagens reflexos profundos que, tendencialmente, as reproduzem. Cabe à sociedade e às suas instituições trabalharem para que esta relação perversa se inverta, trocando as desigualdades pela coesão, o improvisado pela qualidade, a exclusão pela equidade, a dependência pela autonomia.

O aluno autónomo e responsável é aquele que cresceu porque soube aprender!

Só alunos bem preparados, autónomos, responsáveis e cidadãos estão nas melhores condições para contribuir de forma mais eficaz e melhor para a transformação e continuação de um mundo que se quer mais justo, solidário, democrático, educado e sustentável.

O IAC, sem dúvida, prosseguirá firme neste grande caminho que, há cerca de quarenta anos, traçou.

Manuel Coutinho
Secretário-geral do IAC

“*Pandemia e Escola*”

Que restará na escola desta pandemia?

Maria Emília Brederode dos Santos

Presidente do Conselho Nacional de Educação



Vivemos em 2020 e 2021 uma experiência singular.

Depois da divulgação de um novo vírus na China, no final de 2019, e da sua rápida expansão entre seres humanos de várias geografias, este foi declarado pandémico pela OMS no início de 2020 com a designação de Covid 19 (Corona Virus Disease 2019)... Em Portugal foram detectados e reconhecidos pelo Ministério da Saúde os primeiros casos a 2 de Março de 2020.

O número de doentes foi aumentando exponencialmente, colocando os decisores políticos perante o trilema: salvar vidas encerrando as actividades económicas, salvar a economia à custa do aumento dos contágios e da capacidade do Serviço Nacional de Saúde, ou tentar equilibrar esses três factores. A maioria dos países optou por privilegiar a saúde sacrifi-

cando e encerrando actividades comerciais e estabelecimentos de ensino. Em Portugal, algumas turmas, algumas escolas foram encerradas profilacticamente, algumas universidades interromperam as suas actividades. A 12 de Março, a OMS declarou o surto de COVID 19 uma pandemia, revelando também a existência de mais de 20 000 casos e 1000 mortes na Europa. O Governo português decretou, perante um alívio quase geral, a suspensão das aulas, a 16 de Março e até 13 de Abril. Tomou medidas de apoio financeiro para quem ficasse em casa a tomar conta dos filhos, determinou a abertura de algumas escolas para servirem os filhos dos profissionais da frente, manteve as respostas sociais para os alunos beneficiários da Acção Social Escolar, entre outras medidas para fazer face à situação de emergência. Logo na semana seguinte, na maioria dos casos, os alunos receberam via internet um contacto dos seus professores.

Rapidamente se tornaram mais visíveis as diferenças socioeconómicas e territoriais existentes entre alunos, agravadas, agora, pela insuficiência de dispositivos, de conectividade e de apoios familiares. O governo montou então, em colaboração com a RTP e utilizando o canal RTP Memória, um serviço lectivo pela televisão para os 1.º, 2.º, e 3.º ciclos, a que deu o nome de “EstudoEmCasa”.

O encerramento das escolas (à excepção de creches, jardins de infância, aulas do 11.º e 12.º anos/2.º e 3.º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário que viriam a reabrir no 3.º período), e a existência destas modalidades de “ensino remoto de emergência” duraram até ao final do ano lectivo 2019-20.

Depois de um Verão de 2020 relativamente tranquilo, os casos voltaram a aumentar e, embora muito fosse feito e garantido para que não houvesse novo encerramento das escolas, este acabou por se tornar inevitável em finais de Janeiro 2021, constituindo um importante factor de redução da epidemia, não tanto por o contexto das escolas ser especialmente perigoso, mas pelo sinal dado à sociedade sobre a gravidade da situação. De novo se recorreu ao ensino a distância via internet e via serviço público de televisão, mantendo-se e alargando-se os apoios sociais que se haviam revelado necessários na primeira vaga, introduzindo-se outras alterações e iniciando-se a distribuição de computadores pelas escolas.

Por entre estes factos e ao longo deste tempo, muito mais aconteceu. Todos temos a noção de termos vivido (estarmos a viver?) uma época histórica com características inéditas e consequências inesperadas.

São algumas dessas consequências com implicações na educação e na escola que procuraremos aqui identificar e debater.

Desde logo, tornou-se patente a multiplicidade de funções que a escola hoje desempenha:

"... a socialização foi a função que mais falta fez aos alunos de todas as idades"

De facto, para além da razão de ser da escola, da principal missão que lhe tem sido oficialmente atribuída – a de proporcionar aprendizagens às novas gerações – constatámos como a socialização foi a função que mais falta fez aos alunos de todas as idades. E como essa socialização está intimamente ligada às aprendizagens ao ponto de constituir não só

uma aprendizagem em si mesma (a aprendizagem social, aprender a viver com os outros), mas, também, condição motivadora de outras aprendizagens. Também aos adultos, a falta que fez o apoio socioemocional que a escola proporciona tornou-se muito mais visível com o confinamento.

Depois, a função de custódia, de tomar conta das crianças em segurança, foi talvez a função cuja falta a sociedade e a economia mais sentiram. Outras funções de apoio social revelaram-se indispensáveis para garantir a satisfação de necessidades básicas como alimentação e segurança, aqui no sentido de

a escola constituir o principal meio de vigilância e alerta para situações de negligência, maus tratos e violência doméstica.

Para grupos minoritários, como imigrantes ou refugiados, a escola é uma espécie de âncora social que lhes permite alguma informação, integração e orientação numa nova sociedade desconhecida e sem pontos de apoio.

Finalmente, o encerramento das escolas e o recurso ao ensino remoto de emergência tornou mais visíveis – e agravou – as desigualdades sociais, mostrando que a escola, apesar de ainda não conseguir deixar de reproduzir muitas dessas desigualdades, acaba, nalguns casos, por as atenuar e proporciona um convívio na heterogeneidade que tem uma função de cadinho social, de “melting pot”, de promoção e reforço da coesão social.

Talvez que a principal característica desta escola de funções múltiplas é que ela é hoje para todos – não só porque a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos numa sociedade democrática, como porque, até economicamente, uma população mais educada, mais escolarizada é condição de desenvolvimento. Finalmente porque os desafios e novos problemas que se nos colocam – e o carácter global desta doença (pandemia) é bem exemplo disso - requerem uma população mais informada e emocionalmente mais madura – capaz de resistir à frustração, capaz de aguentar a incerteza e a imprevisibilidade (como as que decorrem dos problemas ambientais e alterações climáticas, da aceleração da revolução tecnológica e seu impacto no mundo

do trabalho, da globalização económica, populacional e até viral...).

Outros “contributos” (chamemos-lhes assim) do encerramento das escolas e do recurso ao ensino a distância parecem ter sido uma valorização das escolas, suas direcções e professores, uma maior aproximação entre famílias e escolas e entre alunos e professores e uma muito maior colaboração entre os próprios professores que criaram, num ápice, redes de apoio mútuo para lidarem com as exigências da nova situação. Certamente que aqui poderão estar sementes de um trabalho colaborativo futuro, alargado a outras áreas e competências que tantos defendem como essencial à promoção de inovações e como a melhor estratégia de formação contínua dos professores.

Para além destes contributos que seria desejável não deixar esmorecer pela inércia do dia-a-dia, a digitalização da educação certamente veio para ficar. Conviria não nos deixarmos deslumbrar nem pela tecnologia nem pela autoformação tecnológica acelerada a que alunos, professores e pais conseguiram proceder em resposta à necessidade criada. A tecnologia, por muitas possibilidades que abra, não é um fim em si mesmo. A intencionalidade educativa deverá orientar a escolha das modalidades tecnológicas a utilizar – se, quando, onde e como. Ou seja: o digital deverá ser visto como uma ferramenta ao serviço de uma pedagogia mais activa e que vise a autonomia dos alunos. O que verdadeiramente importa – como o IAC tão bem tem defendido ao longo dos anos e nas suas múltiplas actividades - é o desenvolvimento do ser humano nas suas várias dimensões.

DECLARAÇÃO dos

Direitos da Criança (1959)

Princípio 7.º

A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade.

O interesse superior da criança deve ser o princípio diretivo de quem tem a responsabilidade da sua educação e orientação, responsabilidade essa que cabe, em primeiro lugar, aos seus pais.

A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientadas para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos.

“Educação: olhos nos olhos...”

Guilherme d’Oliveira Martins

Administrador Executivo da Fundação Gulbenkian



Nada é tão importante como a educação e a formação. Mas nada é mais difícil, uma vez que as medidas nestes domínios são muito exigentes, abrangendo a sociedade toda, não podendo haver a tentação para a simplificação. Há tantas vezes uma lembrança, ora nostálgica ora negativa, que leva a pensar que há receitas e soluções mágicas, na ilusão de que seria possível imaginar os estudantes como pequenos robôs humanos, aptos a fazer o que foi idealizado para eles. Lembramo-nos de Locke afirmar que não há duas crianças que possam ser educadas por métodos semelhantes, concluindo que só uma educação cidadã, aprimorada e exigente pode fazer distinguir positivamente as pessoas. E recordamos o que Maria Montessori disse sobre o papel do professor e do educador: “é, antes de tudo aquele que observa; a sua atitude fundamental e o gosto íntimo têm de ser a atitude e o

gosto do sábio que passa horas observando, pacientemente, silenciosamente, com exatidão e calma, o fenómeno que se trata de estudar; ao professor que tinha por missão falar substituímos o professor que sabe calar-se; ao professor que se elevava substituímos o professor que eleva; ao professor que tinha como virtudes o orgulho e a cólera substituímos o professor que tem como virtudes a humildade e a placidez”. Não se pense, porém, em indiferença ou passividade, mas em autoridade firme e serena, para dar espaço à liberdade e à responsabilidade. E essa observação atenta, esse cuidado são os modos necessários para tornar a aprendizagem fator essencial de desenvolvimento. Luísa e António Sérgio falavam, por isso, na República escolar de jovens cidadãos ativos, centrada na autonomia, na “educação social”, no exemplo, na singularidade e na cooperação e não em discursos morais abstratos e ilusórios...

Nestes tempos de pandemia, muito se discutiu o papel da escola. E muito se sentiu o peso dos equívocos e das ilusões. O problema é complexo e da maior importância: Estamos a falar de escolaridade obrigatória de 12 anos, de uma população escolar que abrange a sociedade toda, de exigências diversas e necessárias de ensino e formação, de uma obrigação de desenvolvimento incompatível com interrupções ou facilidades e da necessidade de garantir para as gerações em idade escolar uma aprendizagem de qualidade capaz de permitir a defesa do bem comum e um desenvolvimento sustentável no futuro. Contudo, vivemos um dilema que se torna dramático, em especial para os níveis básicos da educação. Se dispomos de meios digitais de comunicação, a verdade é que a sua utilização tem efeitos assimétricos nos diferentes níveis de ensino. Na educação pré-escolar e no ensino básico, o ensino a distância, só por si, além de agravar as desigualdades, tem resultados negativos. Basta lembrarmos-nos do que citámos de Locke e Maria Montessori, mas poderíamos ir até aos clássicos, aos gregos e romanos, para perceber que a presença na escola é essencial no desenvolvimento da criança.

A educação faz-se olhos nos olhos. Não é possível literacia, numeracia e educação social a distância. É indispensável a relação direta do educador com o educando. Se a família é a educadora natural, a escola é a instituição social, capaz de, profissionalmente, assegurar a aprendizagem. E aqui está o carácter dramático do dilema. Como vimos, só o confinamento

obrigatório pôde reduzir, de facto, a transmissão de Covid-19. E por isso houve, em dada altura, que fechar as escolas, para que a eficácia aumentasse. A decisão foi dilacerante e foi correto que assim se fizesse, mas importa ter em consideração os prejuízos tremendos, sobretudo para as crianças mais novas e para as famílias com menores recursos, o que vai obrigar a ter de se compensar essa providência excepcional e necessária. A situação é paradoxal. Segundo o que conhecemos da doença, pelo menos nas estirpes mais comuns,

**"Na educação pré-escolar e no ensino básico, o ensino a distância,...
...tem resultados negativos."**

a frequência da escola é bastante segura – o que acontece é que, estando a sociedade toda em movimento, é fora da escola que a transmissibilidade aumenta. Lembre-se que esta faz-se sobretudo dos adultos para as crianças e menos na situação inversa ou entre crianças. Daí a necessidade de encontrar soluções que permitam o ensino presencial na educação pré-escolar e no

ensino básico com cuidados redobrados relativamente aos riscos de transmissibilidade entre adultos... Não haverá soluções ideais, mas é indispensável definir uma estratégia equilibrada entre a solução presencial e a utilização dos meios digitais e de comunicação. E aqui os ensinos secundário e superior apresentam condições favoráveis e de maior flexibilidade para o ensino a distância.

Mas falemos de uma situação concreta que nos aumenta as responsabilidades. Um dos indicadores fundamentais para se apurar a qualidade do esforço feito entre nós no sentido da melhoria da aprendizagem é a taxa de abandono

escolar precoce. É um problema recorrente e antigo que apenas pode ser tratado com medidas de fundo e de longo prazo. Segundo o INE, atingimos o melhor valor de sempre: 8,9%, sobretudo devido à persistência dos programas de apoio a escolas em territórios desfavorecidos. A intervenção em escolas TEIP foi decisiva. De facto, o objetivo de educação de qualidade para todos, definido pela UNESCO, obriga a intervir simultaneamente na criação de condições de exigência e de qualidade e nas situações em que haja risco de exclusão. E é este equilíbrio que suscita as maiores dificuldades, sobretudo quando uma situação de emergência, como a que atravessamos, ameaça dramaticamente o que já conseguimos com um esforço excecional. Se, nas avaliações internacionais da qualidade, temos progredido (graças à avaliação e ao trabalho realizado), esse esforço tem de ser completado pelo combate sem tréguas à exclusão. E a diferenciação positiva, tratando de modo distinto o que é diferente, é a chave para que haja justiça distributiva e combate às desigualdades. A coesão social só se alcança e consolida se começarmos por valorizar as pessoas pela educação e se tivermos um sistema fiscal capaz de garantir uma tributação justa da riqueza, capaz de mobilizar recursos para a prestação de serviços públicos de qualidade. Mas não basta as boas intenções. É necessário que na educação, na cultura e na ciência, nas escolas e nas instituições de serviço público haja compromissos com resultados e estímulos eficazes para o efeito – como a deteção oportuna das situações críticas, o acréscimo de ho-

"Só há uma cidadania inclusiva, se agirmos nos campos da qualidade, da relevância e da equidade."

ras letivas para superar dificuldades e atrasos, e o apoio de professores aos alunos em situação de risco.

As políticas educativas ou são de longo prazo, com acompanhamento sério, com rigorosa e permanente avaliação de resultados de acordo com os objetivos propostos, ou deixam de funcionar adequadamente. Só há uma cidadania inclusiva, se agirmos nos campos da qualidade, da relevância e da equidade. Políticas educativas e sociais não se confundem, completam-se. Na educação pré-escolar ou nos TEIP, como na respetiva avaliação, o que houve em Portugal foi uma política de longo prazo definida desde os anos noventa e posta em prática graças ao planeamento, à concretização das medidas e ao acompanhamento e afinação dos resultados. Com efeito, qualquer política educativa (como na ciência ou na saúde) só pode apresentar resultados

positivos consolidados uma vez transcorrido o prazo de uma geração, ou seja, nunca menos de vinte anos. E, naturalmente, o tempo pôde ir reforçando as medidas iniciais – designadamente através de mecanismos de deteção precoce dos casos de risco (assiduidade, comportamento, resultados escolares) e mercê do envolvimento das comunidades. Só assim os empregadores começam a ter consciência de que é melhor terem profissionais com mais e melhores formações, completas e relevantes, em vez de mão-de-obra mais barata, sem formação adequada ou incompleta. E nesse ponto o aperfeiçoamento e o alargamento do ensino profissional são essenciais. Portugal tem assim

pela primeira vez um valor de abandono escolar precoce inferior à média da União Europeia, de 10,2% - apesar de haver disparidade entre as raparigas com 5,1% e os rapazes com 12,6%. Isto, enquanto a taxa de escolaridade no ensino superior ficou em 39,6% perto do objetivo europeu definido de 40%, o que também constitui um avanço significativo. Conclusão? Não podemos atrasar-nos. Importa prosseguir na concretização de objetivos audaciosos. Há motivos sérios de preocupação perante o dilema pandémico. Agora, que poderemos estar a ver uma pequena luz ao fundo do túnel, torna-se indispensável planear com rigor e gradualismo

o pós-pandemia. Por isso, a educação necessita de uma atenção e de um cuidado muito especiais – há atrasos a recuperar, designadamente quanto aos mais novos. Há que conceber um plano de transição para os próximos dois a quatro anos, centrado no primeiro ciclo do ensino básico, que valorize a complementaridade escola-família e que defina metas claras para as aprendizagens e para a inclusão. Impõe-se que a economia, a escola e a sociedade estejam aptas a responder à estabilização da situação de saúde pública e ao prosseguimento dos avanços necessários na educação, na formação, na ciência e na cultura. Tudo está relacionado.

“A falta que a escola faz às crianças...”

Teresa Goldschmidt

Presidente da Associação Portuguesa de
Pedopsiquiatria da Infância e da Adolescência



Para as crianças, a escola é muito mais do que um local onde se vão fazer as aprendizagens formais. É um espaço privilegiado de socialização, de relacionamento com o grupo de pares, de desenvolvimento de competências sociais, de construção de relações de proximidade e de resolução de conflitos. É um espaço de brincar e de aprender para a vida, para o futuro.

O relacionamento com os adultos da escola, que frequentemente irão constituir figuras de referência significativas para as crianças, é também muito importante. Desde logo, o(a) professor(a) titular, com quem o estabelecimento de uma relação de proximidade é fundamental para essa tarefa primordial de aprender. As crianças, sobretudo as crianças pequenas, não aprendem bem fora do contexto de uma relação. Mesmo mais tarde, já no segundo ou terceiro ciclo, aprende-se muito

melhor quando “se gosta do professor”.

Estar em casa, ter aulas no computador, não é adequado para crianças do primeiro ciclo, sobretudo do 1.º e 2.º ano. Precisam de ter a atenção próxima de um adulto, e os pais não são professores... No 1.º ciclo o(a) professor(a) é verdadeiramente o andaime da aprendizagem dos seus alunos. Está lá desde o início, sendo o suporte que permite os primeiros passos dessa importante construção que é a aprendizagem, vai ficando lá, amparando sempre que necessário, e retirando-se gradualmente à medida que a autonomia da aprendizagem vai consolidando a sua construção. As crianças precisam da atenção dos seus professores, que os entendam, que reconheçam que este processo de aprender encontra significado nas suas vivências prévias, e que nelas ganha significado. Que as aprendizagens formais vêm dar forma ao muito que a criança já sabe...

E que um computador não pode nunca substituir isso. É na relação que as aprendizagens se fazem e se enriquecem. É no contacto directo com as crianças que se entendem melhor as suas potencialidades e as suas dificuldades, que se dá sentido ao que aprendem, que se apoiam as suas necessidades, que se incentivam as suas forças. Aulas no computador podem ser uma necessidade, ser o que é possível num contexto de saúde público complexo e de elevado risco, mas não tenhamos dúvidas que não constituem uma boa solução para as crianças.

Estar na escola é também estar com os outros. É brincar, correr, saltar, discutir, às vezes andar à luta, resolver conflitos, combinar estratégias, ter o suporte dos adultos da escola que colocam limites, que dão afeto e que orientam. E tudo isso é fundamental para que uma criança cresça bem, e aprenda bem.

A escola é o contexto extra-familiar mais relevante para as crianças. É um espaço alterna-

tivo de relação, da maior importância quando na família existem fatores que colocam em risco o desenvolvimento afetivo e emocional das crianças, e que possam comprometer a sua futura integração psicossocial. Neste contexto particular de famílias mais vulneráveis, mais fragilizadas, a escola oferece um espaço de experiências relacionais qualitativamente diferentes, e constitui um espaço de salvaguarda do seu adequado desenvolvimento. Oferece também um espaço de identificação de situações de maior risco e um espaço de contenção e proteção, que é fundamental num período pandémico como aquele que vivemos, onde nem sempre os mecanismos protetores puderam estar a funcionar de forma plena.

As crianças necessitam da escola, é o seu espaço, é a sua condição de vida. Podemos dizer que as escolas não existem sem as crianças mas, na realidade, são sobretudo as crianças que não existem bem sem as escolas.

Sabia que

Consultório

SO CI AL



CONSULTÓRIO SOCIAL

**LUZ
VERDE
À CRIANÇA**

Para um futuro feliz.

o IAC tem um novo espaço na cidade de Lisboa?



www.freepik.com



ATENDIMENTO JURÍDICO

Prestar esclarecimentos e informação jurídica nas várias áreas e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal.



ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Avaliar e acompanhar a nível psicológico crianças e jovens em situações de vulnerabilidade.



ATENDIMENTO SOCIAL

Atender, encaminhar e acompanhar todas as situações de crianças/jovens em risco social.

CONSULTÓRIO SOCIAL | LUZ VERDE À CRIANÇA

ATENDIMENTO POR MARCAÇÃO

POR FAVOR CONTACTE-NOS PELO TEL.: 21 361 7880

RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 20, 2.º Esq.
1700-048 LISBOA

EMAIL: iac-sede@iacrianca.pt (PROVISÓRIO)



LISBOA

CÂMARA MUNICIPAL



IAC

Instituto de Apoio à Criança

A ESCOLA E A PANDEMIA

Maria Eugénia Coelho

Diretora do Agrupamento de Escolas Eça de Queirós



A

o longo da História, a educação tem tido um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade e do mundo que temos vindo a construir.

Para além do processo de desenvolvimento intelectual, físico e moral do indivíduo, a educação determina o modo como se insere na sua comunidade.

O conjunto de normas, princípios e valores associados à educação, contribuem para a estruturação das personalidades e, consequentemente, para a interação do indivíduo com o meio envolvente.

Como todos sabemos, a educação é o produto de diversos agentes e fatores. Desde o nosso nascimento e durante toda a vida, as relações que estabelecemos com os mais diversos atores, ambientes, espaços e tempos, contribuem para a educação de cada um de nós.

A educação ao longo da vida, formal, não for-

mal e informal, assume-se como a “arma mais poderosa para mudar o mundo”. Para o bem e para o mal.

Cedo se entendeu que, de uma forma mais ou menos organizada, as crianças e os jovens, de determinados grupos sociais, sozinhos ou em grupos, orientados por um adulto, mais facilmente conheceriam o mundo e, direta ou indiretamente, o transformariam.

De lugar de ócio (do grego – scholé), ao conhecimento das Escrituras, o saber dos mestres foi comunicado de geração em geração, de modo a que houvesse sempre alguém que o transmitisse.

E esse espaço foi-se desenvolvendo para o que chamamos escola. Hoje, de oferta generalizada em muitos países do mundo.

Não fazer referência a tantos outros locais do nosso planeta onde ainda o seu acesso é restrito e segregador, não seria um bom início para esta breve reflexão.



Se, em pleno século XXI, tantos homens e mulheres dedicam as suas vidas para que a escola chegue a cada criança e jovem, (em qualquer canto do mundo, com resultados tantas vezes aquém dos desejados, mas incentivos da continuidade deste trabalho), é porque é absolutamente consensual que é pela educação que conseguiremos um mundo mais equilibrado, mais respeitador dos Direitos Humanos.

Mas a vida apresenta-nos, tantas vezes, algumas surpresas.

E no meio desta luta de alguns pela universalização da escola e pelo respeito dos Direitos, num qualquer recanto do Mundo, um vírus começa o seu caminho e difunde-se, sem apelo nem agravo, atingindo quem se lhe apresenta pela frente.

A Escola e o seu papel no desenvolvimento. No Mundo. Nas comunidades. No indivíduo.

A escola nas suas diversas formas de organização contribuiu e contribui, indiscutivelmente, para o desenvolvimento da humanidade, com impacto nas comunidades locais e, naturalmente, nas pessoas que operaram esse desenvolvimento.

O conhecimento adquirido e partilhado por cada indivíduo, inserido em grupos diversos, vai alterando a forma como vivemos, a organização da sociedade e pretende um equilíbrio harmonioso entre o Homem e o meio envolvente.

De um modo geral, nos países onde a Escola tem as portas abertas a todos, a vida de cada um é melhor.

Com exceções pontuais de utilização da figura da escola para fins mais ou menos obscuros, esta invenção de procura, de reflexão, de construção e partilha tem-se revelado bastante eficaz.

No que respeita aos que a frequentam, para além dos benefícios óbvios na aprendizagem e conhecimentos, o seu contributo para a construção das personalidades e crescimento equilibrado é fundamental.

A discussão sobre a escola, o modo como se deve organizar, o papel de cada um dos atores, os currículos, a formação, absorvia-nos até ao final do ano de 2019. Vivíamos um período de grande reflexão e procura de formas diferentes de aprender. E consequentemente, de ensinar.

Transformação digital, escolas do século XXI.

No Agrupamento de Escolas onde trabalho eram estes os temas que absorviam a nossa reflexão e discussão. Como adequar a escola às características e expectativas das crianças e jovens, de modo apelativo, fomentando a sua curiosidade. Não deixando que a curiosidade, que leva à procura de conhecimento, continuasse em queda. Espevitando os docentes para a necessidade de estarmos sempre uns passos à frente do quotidiano.



E, depois, chegou Janeiro.

A Pandemia – Assimetrias e Impactos no espaço e no tempo

Com a difusão rápida da pandemia da Covid 19 que atingiu praticamente todos os países do mundo e contaminou milhões de pessoas, viram-se, os governos dos vários estados, na eminência da tomada de decisões rápidas. Medidas de ordem sanitária, de saúde pública, de ordem social.

O isolamento social aparece como medida comum, adotado praticamente por todos os estados infetados.

Com o estabelecimento de vários tipos de isolamento, mais generalizado ou mais local, foi o encerramento de creches, jardins de infância, escolas, universidades, uma das primeiras medidas adotadas por todos os estados, se bem que de maneiras e tempos diversos.

De acordo com a monitorização promovida pela Unesco (2020), a grande maioria dos países adotou políticas de isolamento social, afetando o funcionamento das escolas. O encerramento das escolas ocorreu em mais de 90%, afetou mais de 1,7 biliões de estudantes, de 193 países, no período compreendido entre 28 de março e 26 de abril 2020.

O impacto do encerramento das escolas foi, necessariamente, diferente nas várias comunidades.

As assimetrias educacionais pré-existentes foram acentuadas pelo encerramento das escolas, no que se refere à aprendizagem, mas também a outras lacunas de organização social e familiar que, tantas vezes, a escola tende a minimizar.

Perante esta inesperada situação de remeter para casa, isolados, biliões de crianças e jovens, em condições de vida, de habitação, saúde, apoio familiar, autonomia e equilíbrio, tão desiguais, as respostas encontradas para minimizar este enorme impacto, divergiram de país para país, de região para região, de escola para escola, de aluno para aluno.

No caso do nosso país, a solução passou pela opção pelo Ensino a Distância com o recurso às ferramentas digitais, mas também recorrendo a aulas na televisão.

Aquando do primeiro confinamento e encerramento das escolas, em 16 de Março de 2020, a organização desta resposta era inexistente. Nenhuma escola tinha organizado qualquer Plano para uma qualquer situação que a impedisse de ser Escola, de ter uma interação direta e presencial com os alunos.

Mas, perante a necessidade por todos sentida, de termos de ir para casa para proteção da saúde, perante essa situação anormal, assistimos a uma enorme capacidade de regeneração da escola, dos professores. Recorrendo a todos os instrumentos, equipamentos, recursos e, sobretudo, criatividade e profissionalismo, a escola assumiu um tópico comum – Não podemos abandonar os nossos alunos.

E em quinze dias, os alunos tinham planos de trabalho para não os deixarmos sós, sem acompanhamento no seu percurso de aprendizagem.

Procuraram-se soluções locais para as situações de isolamento, de exclusão digital. De apoios aos alunos a quem a pandemia acentuou as debilidades sociais, económicas e familiares pré existentes.

Ficou evidente a fragilidade das respostas das escolas ao nível dos diversos equipamentos informáticos. Não fossem os computadores pessoais dos docentes e os seus acessos à net, e os contactos e as aulas a distância, seriam praticamente inexistentes. E o mesmo se pode afirmar em relação aos alunos sem qualquer equipamento informático. Localmente organizaram-se as soluções possíveis, longe das ideais.

Esses três, quatro meses, em que as escolas estiveram encerradas, permitiram a toda a comunidade perceber o quanto é importante para todos (alunos, pais, professores) que as crianças e jovens

estejam, interajam, socializem, aprendam, na Escola.

E, no Verão, perante a diminuição dos números da pandemia, regressámos à normalidade dos dias e das férias.

Sabendo que a situação poderia repetir-se, coube às Escolas preparar os documentos de planeamento para um novo isolamento e encerramento.

Em Setembro de 2021, todas as escolas tinham preparados os seus planos para a eminência do isolamento previsto.

**" Recorrendo ...
... sobretudo
criatividade e
profissionalismo, a
escola assumiu um
tópico comum
– Não podemos
abandonar os nossos
alunos"**

Apesar de uma melhor organização nas diversas respostas, as preocupações relativas à falta de equipamentos, aos apoios económicos e sociais aos alunos, agora ainda mais fragilizados pela pandemia, aos apoios psicológicos a tantos jovens e crianças muito afetados pelo isolamento a que foram sujeitos, persistiam.

As preocupações com as aprendizagens que ficaram por fazer, a recuperação dos conhecimentos essenciais e competências básicas, exigiram a reorganização dos currículos para que o essencial fosse trabalhado.

E, tal como previsto, em Janeiro as escolas voltaram a encerrar.

Os planos postos em ação.

Desta vez todos mais preparados, usando plataformas que, entretanto, passaram a ser ferramentas consideradas no quotidiano, e diversificando os canais de comunicação entre pais e professores com o recurso frequentíssimo a emails e redes sociais.

Mas o sentimento comum em relação ao Ensino a Distância é que, sendo um mal necessário, não substitui a Escola, nem o professor.

Importa, pois, a referência breve às consequências do isolamento dos alunos e do encerramento das escolas.

Para além das aprendizagens interrompidas e consequente atraso, o encerramento das escolas revelou a pouca preparação e dificuldades dos pais para o acompanhamento dos seus filhos para a Educação a Distância. A realidade do seu quotidiano laboral e familiar, mas também o distanciamento dos meios di-

gitais e até das matérias e programas escolares são talvez os motivos dessa impreparação.

A diminuição da atividade física e desportiva sublinhou a tendência, já por todos sentida, do aumento do sedentarismo entre as crianças e jovens, com consequências fortes no seu crescimento físico, afetivo e emocional.

A pandemia contribuiu, ainda, para evidenciar algumas fragilidades no seio das famílias ao nível dos cuidados às crianças e potenciou a exposição à violência doméstica.

O confinamento aumentou os níveis de ansiedade dos jovens, afetou o seu estado emocional e levou a comportamentos isolados. O acompanhamento que muitos tinham na e através da escola, foi também interrompido ou substancialmente reduzido no Ensino a Distância.

Os alunos com acompanhamento do Ensino Especial ou com medidas específicas viram essas medidas condicionadas à situação.

Há referências sérias a situações de abandono escolar que estavam amplamente mitigadas.

Pelo que sumariamente referi, parece-me incontestável o papel fundamental da escola e dos professores no crescimento harmonioso das crianças e jovens.

A escola não é apenas um lugar de aprendizagem, é também um lugar onde crianças e adolescentes desenvolvem múltiplas relações sociais, e as interações sociais são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

A Escola é uma construção da vida coletiva. Da vida em democracia. É o laboratório des-

sa vivência que se pretende estruturante. Por isso, a reabertura das escolas consolida a nossa democracia presente e futura. Porque tal como Niza afirma, “Ética, Pedagogia e Democracia, são exatamente a mesma coisa”.

Agora que todos esperamos que esta seja a reta final desta pandemia, seria errado, erradíssimo, prolongar para o futuro as soluções que em boa hora adotámos, porque não podíamos abandonar os nossos alunos. Natu-

ralmente que os avanços que obtivemos no uso das ferramentas digitais não podem ser desprezados. Pelo contrário.

Mas agora é hora de voltar a viver a Escola, a Educação, nos espaços físicos, espaços em presença, com trabalho em comum numa lógica de cooperação. De retomar o Repensar a escola, o Reconstruir a escola.

E cá estamos para o fazer.

DIVULGAÇÃO

O InfoCRIANÇA é um periódico digital, de carácter trimestral, do Instituto de Apoio à Criança. Cada número apresenta vários documentos (Teses, artigos científicos, relatórios de organizações reconhecidas, etc) referentes a uma temática relacionada com a criança.



O número 87 é dedicado ao Direito à Educação.
Disponível *online*, em livre acesso, [aqui](#)

Conheça outros InfoCRIANÇA, [aqui](#)

“Educar e Formar para Inserir”

Matilde Sirgado

Coordenadora do Projecto Rua

É do conhecimento geral que Portugal se tem comprometido com enormes responsabilidades, a nível da proteção das crianças em risco ou em perigo. Porém, com a pandemia mundial, verificámos grandes retrocessos.

As famílias com empregos pouco especializados e com remunerações mais baixas viram uma diminuição significativa dos seus rendimentos, facto ao qual se junta o aumento das situações de desemprego. Com o encerramento de escolas e o confinamento das crianças e dos jovens em casa, aumentaram os riscos e os perigos a que estiveram expostas, principalmente as que se inserem em contextos familiares mais frágeis. Como tal, consideramos imprescindíveis medidas mais específicas e dirigidas a este grupo-alvo, com vista a minorar eventuais prejuízos na sua educação.



Através de um inquérito, o IAC auscultou algumas famílias das crianças acompanhadas pelos seus serviços e que estão inseridas em comunidades mais desfavorecidas. Verificámos que os jovens cujas famílias apresentavam maiores dificuldades económicas não estavam a conseguir acompanhar os programas escolares a distância. As razões apontadas foram o facto de não terem equipamentos adequados ou não terem a supervisão de um adulto, já que muitos pertenciam a famílias cujas atividades profissionais não podiam ser desenvolvidas em regime de teletrabalho.

Com estes dados, reforçámos a necessidade de serem desenvolvidos programas específicos, para que estes jovens de contextos mais vulneráveis não sejam deixados para trás.

O IAC, ao longo do seu trajeto, tem desenvolvido projetos dirigidos a este público-

-alvo, atendendo à necessidade de atuar com rapidez e de contribuir para uma verdadeira igualdade de oportunidades e para um mundo mais justo, sem discriminações.

A presidente do IAC, Dulce Rocha, transmitiu sempre às suas equipas “maravilha” que os beneficiários do Direito à Educação não se podem limitar à mera aprendizagem de conteúdos letivos, elevando a Educação a um patamar cimeiro, de combate às desigualdades e com objetivos de educação para a Paz, para a Cidadania e para os Direitos Humanos.

Dulce Rocha, no seu artigo sobre a nova Encíclica do Papa Francisco “*Fratelli Tutti*”, destaca a importância da Educação e da Formação, referindo que a solidariedade exige empenho por parte de quem tem responsabilidades “*na difícil tarefa de educar as crianças e jovens*”. Os valores da liberdade, do respeito mútuo e da solidariedade podem ser transmitidos desde a mais tenra idade, considerando que o desenvolvimento de hábitos solidários promove a capacidade de pensar a vida humana de forma mais integral (Rocha, 2020).

Ao longo de toda a Encíclica, está presente esta ideia de que a esperança “*nos fala de uma sede, de uma aspiração, de um anseio de plenitude, que eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor*” (Papa Francisco, 2020).

Assim, e não obstante o facto de as sociedades precisarem de mudanças estruturais ao nível da economia, entendemos que o inves-

timento na Educação potencia a esperança, pois é através do conhecimento e da cultura que se disseminam valores como a igualdade, a solidariedade e o respeito pelo outro.

A própria Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) consagra o Direito à Educação e à Cultura, esclarecendo os seus fins e clarificando que se destina a todas as crianças, sem exceção.

É importante recordar que o art.º 29.º da Convenção defende a promoção do desenvolvimento da personalidade da criança, procurando sensibilizá-la para o respeito pelos Direitos Humanos e pelas Liberdades Fundamentais e prepará-la para assumir as suas responsabilidades numa sociedade livre, num espírito de compreensão, de paz, de tolerância, de igualdade entre os sexos e de amizade entre os povos e, também, de respeito pelo meio ambiente.

É com base nestas premissas que o IAC fundamenta a sua intervenção e acreditamos que a “Escola Inclusiva”, com o lema de “Uma Escola para Todos”, é o caminho a seguir. Nesta escola de todos e para todos, defende-se o princípio fundamental de que os alunos, independentemente das suas singularidades pessoais e sociais, têm direitos, sendo a equidade educativa e a participação de todos na vida escolar, a base da pirâmide dos direitos reconhecidos como fundamentais (Correia, 2008).

Neste sentido, um sistema de educação inclusivo deve estruturar-se e desenvolver-se de

“... e acreditamos que a “Escola Inclusiva”, com o lema de “Uma Escola para Todos”, é o caminho a seguir.”

acordo com a diversidade de características e as necessidades individuais das crianças e dos jovens. Carece, portanto, de uma diferenciação de medidas de modo a promover competências universais que permitam a autonomia, o sucesso e o acesso à cidadania plena por parte de todos.

É certo que o trabalho deve ser desenvolvido no sentido de promover a inclusão escolar de todas as crianças, incidindo sobre as suas potencialidades e capacidades, através de estratégias e de recursos que se baseiem no estabelecimento de uma cultura de parceria, facilitadora dessas medidas e da cooperação.

De facto, o progresso educativo das crianças e dos jovens depende da qualidade das adaptações ambientais, curriculares e estratégicas, dos recursos que são implementados e da articulação de saberes entre todos os membros que compõem a comunidade educativa, de modo a responderem à diversidade de exigências de cada aluno. Assim, os processos de inclusão de alunos provenientes de contextos frágeis, passa por FORMAR PARA INCLUIR.

O Projecto Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade, criado em 1989 pelo Instituto de Apoio à Criança, foi o único projeto inovador aprovado em Portugal, ao abrigo do 3.º Programa de Luta Contra a Pobreza. Surgiu para intervir junto das crianças que vagueavam e dormiam pela rua, nas grelhas do metropolitano, cometendo atos ilícitos e/ou vivendo de pequenos expedientes, estando a “descoberto” de todos os serviços formais.

Esta intervenção ia ao encontro das crianças e dos jovens e aliava a afetividade e a técnica, com recurso a equipas multidisciplinares, onde os Animadores de Rua desempenhavam um papel preponderante. Estes profissionais procuravam abordar e estabelecer uma relação de confiança com as crianças e os jovens de rua, motivando-os e envolvendo-os na construção de um projeto de vida saudável, no qual se possibilitava a sua reinserção na família e na comunidade de residência, através de processos educativos em regime aberto.



Na mesma altura em que surgiu o Projecto Rua, a comunicação social noticiava e destacava casos de violência juvenil, marcados por atos de vandalismo, agressões, roubos, homicídios, etc., nas escolas e na sociedade. Salvaguardando algum exagero por parte dos media, inerente ao sensacionalismo, estas notícias não deixam de ser preocupantes. Especialmente, por sabermos que a esmagadora maioria das crianças e dos jovens que se envolvem nas referidas situações têm histórias de vida marcadas por maus-tratos, violência, carências de várias ordens e insucesso escolar, que se traduzem, frequentemente, em processos de rejeição e de exclusão (familiar, institucional e social).

Muitas vezes, o próprio sistema educativo, apresenta currículos desajustados às necessidades, aos interesses e às capacidades das crianças e dos jovens, podendo favorecer uma “inclusão, segundo uma lógica de exclusão”.

Numa sociedade em permanente mutação, muitos são os desafios que se apresentam a todos

os profissionais, em particular àqueles que desenvolvem o seu trabalho na área social. Quando focalizamos a nossa intervenção em adolescentes que entraram em rutura com a sociedade, o desafio torna-se ainda maior: “... pensava que a vida era só curtir, vadiar, tar com os amigos, irmos roubar. Pelo menos para aliviar o stresse... íamos à loja e roubávamos, sem necessidade. Porque a gente roubava só por gosto de ver a pessoa a mandar vir, a gente gozava com as pessoas. Era só por gozo, era o divertimento do dia a dia...”.

Falamos, então, de crianças e de jovens que diariamente fazem da rua o seu espaço de aprendizagem e que, por motivos inerentes à sua própria história de vida, não tiveram oportunidade de aprender a “viver com o outro” e o seu sofrimento espelha-se na única linguagem que conhecem: a agressividade, a violência, a dor... expressando as suas emoções e os seus sentimentos de forma desadaptativa. Os comportamentos desviantes, como a prática de atos ilícitos e o abandono escolar após insucessos reiterados, configuram o esboço de um percurso marginal: “... eu não abandonei a escola, eles é que me mandaram p’ra fora”.

Deste modo, e tendo sempre como enfoque este grupo-alvo, o Projecto Rua procurou desenvolver ações centradas na educação e na formação. Destacamos algumas das experiências neste âmbito, nomeadamente, a “Escola de Rua” (“Clube Tejo”), o projeto “Escola e Comunidades em Movimento”, o trabalho em parceria com o Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), o acompanhamento escolar de crianças e de jovens e o projeto “Aprender na Rua”.

É neste enquadramento que surge o projeto “Educar e Formar para Inserir”, assente em



planos individuais, numa lógica de parceria, e que nasceu da necessidade de se encontrarem respostas para a (re)inserção social dos jovens que abandonaram a escola e que iniciaram uma vida de ociosidade. Destinava-se a jovens entre os 15 e os 18 anos, com vista ao desenvolvimento das suas competências pessoais, emocionais, sociais, escolares e profissionais. Com estes percursos alternativos de educação e de formação, pretendia-se, ainda, contribuir para a inserção socioprofissional e fomentar a mudança de comportamentos destes jovens, que são, muitas vezes, pautados pela agressividade e pela indisciplina, e conducentes a situações de perigo e de marginalização, perpetuando a situação de exclusão social em que muitos nasceram, cresceram e vivem.

“... eu andava na escola, mas não era bem andar... tipo ia, não ia, ia, não ia! Era sempre assim... já não me queriam lá.”

Muitos jovens eram expulsos devido aos seus comportamentos e acabavam fora do sistema de ensino, que não previa respostas adequadas, tornando-se, por isso, urgente colmatar esta lacuna e interromper os percursos marginais.

A metodologia adotada neste projeto revelou-se bastante eficaz, por se centrar numa abordagem personalizada, com treinos de competências pessoais e sociais e, sempre que necessário, com apoio psicoterapêutico, entendendo-se a criança como sujeito ativo do seu destino, procurando não apenas ouvi-la, mas, também, envolvê-la no projeto educativo.

Será da maior justiça recordar aqui Adelina Odete, a grande inspiradora do Projecto Rua e das suas metodologias, que reiterava que o apoio personalizado e o envolvimento do jo-

vem e da sua família eram essenciais para a alteração do seu percurso, já que “*estes jovens não nasceram marginais*”. Também o saudoso anterior Vice-Presidente do IAC, José Coelho Antunes, valorizou as potencialidades deste Projeto, encetando esforços no estabelecimento de parcerias e na sua promoção além-fronteiras, contribuindo decisivamente para a dimensão que o mesmo alcançou.

A aposta numa visão inovadora, em que a criança é tida como sujeito de direito e de direitos, defendida pela presidente do IAC, Dulce Rocha, é outro dos pilares para o sucesso. Confiar na capacidade do adolescente, reconhecendo-lhe o direito de participação, envolvê-lo no projeto, contagiá-lo no entusiasmo da equipa de formadores, fazendo-lhe crer que o sucesso deste radica no êxito do seu próprio projeto de vida, são os elementos chave dos bons resultados obtidos na primeira fase da sua implementação.

Ao longo do período de vigência do projeto (2005-2012), recebemos mais de 250 candidaturas e abrangemos uma centena de jovens, para quem a escola já nada significava e que se encontravam, muitos deles, em conflito com a lei, com Processo Tutelar Educativo instaurado. Estes jovens abraçaram a oportunidade para novas aprendizagens e conseguiram interromper os seus percursos marginais. Cerca de 80% dos jovens foram certificados, o mesmo número prosseguiu os estudos via formação profissional e cerca de 60% ingressou no mercado de trabalho.

Como vimos, desde a sua génese, o IAC tem apostado na intervenção na área da educação e da formação, estando alinhado com as políticas de qualificação inclusivas do Estado, que

visam o combate ao abandono escolar, ao risco de exclusão social e aos comportamentos desviantes, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Atualmente, face à pandemia de COVID-19, enfrentamos um grande desafio que tem exigido de todos uma reorganização em função do isolamento social, bem como uma maior atenção a um possível aumento do número de casos de insucesso/abandono escolar e de maus-tratos.

Neste sentido, o IAC empreendeu na procura de novas estratégias e criou a sua intervenção, investindo na revitalização da ação “Educar e Formar para Inserir”, que se apresenta como uma resposta de qualificação múltipla, flexível e complementar às ofertas existentes. Este é um projeto que privilegia uma intervenção em modelo integrado e prioriza a cooperação, a proatividade e as sinergias dos parceiros.

Assim, o projeto tem a validação do Ministério da Educação, nos termos e condições de colaboração e assenta nas linhas orientadoras definidas pelo Despacho n.º 6954/2019, para o

programa denominado “Segunda Oportunidade” ou Programa E20. Importa acrescentar que o “Educar e Formar para Inserir” é, igualmente, parte integrante do protocolo de colaboração entre o IAC e a Câmara Municipal de Lisboa.

Existem, ainda, outros parceiros, nomeadamente, o Agrupamento de Escolas Eça de Queirós cuja sensibilidade e experiência revelada pela sua Diretora, Eugénia Coelho, nos inspirou a abraçar este desafio; a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP); as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho de Lisboa e dos concelhos limítrofes; a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; o Centro Protocolar da Justiça; a rede comunitária e outros parceiros locais, como ONG’s.

Para finalizar, destacamos que este projeto se insere num contexto de governação integrada e de educação para a cidadania, já que tem em conta o desenvolvimento pessoal, da autonomia e da solidariedade, e o desenvolvimento social, assente na diversidade e na democracia, trabalhando questões do dia-a-dia, com implicações a curto, médio e longo prazo (Carmo, 2021).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Carmo, H. (2021, 27 de abril). *Educação para a liberdade: O caso das crianças em risco* [comunicação pessoal]. Webinar *Educação para a Liberdade: O Caso das Crianças em Risco*, Instituto de Apoio à Criança, Lisboa, Portugal

Correia, L. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto: Porto Editora

Papa Francisco (2020). *A nova encíclica fratelli tutti, um grito de esperança*. Vaticano. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

Rocha, D. (2020, 14 de outubro). *Fratelli Tutti, um Grito de Esperança*. 7 Margens. <https://setemargens.com/fratelli-tutti-um-grito-de-esperanca/>

Crescer com saúde

ESTAMOS AQUI

Site

www.iacrianca.pt

Redes sociais



Email

iac-sede@iacrianca.pt

iac-marketing@iacrianca.pt

Morada

Av. da República, 21 | 1050-185 | Lisboa

Telefone

+ 351 213 617 880



Desde 1983 na Defesa e Promoção
dos Direitos da Criança